

## ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 28-05-2024.

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e nove minutos, reuniu-se, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Alvoní Medina, Adeli Sell, Biga Pereira, Cláudio Conceição, Fernanda Barth e Pedro Ruas. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovada as Atas Declaratórias da décima quarta, décima quinta e décima sexta reuniões ordinárias, tendo sido dispensada sua leitura. Registra-se que foi APROVADO, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, o seguinte Parecer no dia vinte e dois de maio do corrente: nº 055/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 001/24 – Processo nº 0009/24), de autoria do vereador Pedro Ruas. Dando continuidade, o senhor Presidente informou que esta reunião trataria sobre a gestão dos abrigos durante as enchentes e registrou a presença dos senhores Luiz Carlos Pinto, do Gabinete de Inovação e da Central dos Abrigos; Jorge Brasil, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e Vitor Hugo de Alcântara Filho, da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). A seguir, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O senhor Luiz Carlos Pinto procedeu à apresentação de material gráfico sobre a situação dos abrigos em Porto Alegre, afirmando que o Executivo está dando suporte às instituições que estão recebendo desalojados e ressaltou que a Capital chegou a ter cento e sessenta e três abrigos. Comunicou que existem mais de onze mil pessoas abrigadas atualmente. Explicou, ainda, que a distribuição de cestas básicas para os abrigos é controlada pela Prefeitura, e, se um deles não foi atendido, é possível que não esteja cadastrado junto ao Executivo. Também manifestou-se em relação aos abrigos que estão funcionando em escolas, que terão prioridade na desmobilização. O senhor Vitor Hugo Alcântara afirmou que o Executivo encaminhou a contratação de cento e vinte e oito assistentes sociais e psicólogos, por meio de parcerização, para fazer o acompanhamento da situação. O senhor Jorge Brasil comunicou que estão sendo desenvolvidas políticas públicas que mitiguem os efeitos das enchentes. Destacou, ainda, que as famílias que estão recebendo desabrigados em suas casas e pessoas em situação de vulnerabilidade podem requisitar doações. Em relação ao registro unificado, afirmou que já foram encaminhados os dados de mais de vinte mil famílias e que o restante das informações será enviado para o governo federal ao longo da semana. O senhor Daniel Gomes, coordenador de abrigo no bairro Vila Nova, questionou a distribuição de cestas básicas, afirmando que o abrigo pelo qual é responsável não teria recebido nenhuma. A conselheira tutelar Luelen Gemelli apontou que a principal preocupação do Conselho Tutelar não são as doações, mas a localização das famílias atendidas e criticou a dificuldade de acessar a lista de abrigados. A senhora Leila Thomassin, da Frente Gaúcha em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, questionou a política do governo em relação às pessoas em situação de rua que estão nos abrigos e defendeu que as entidades de controle social não podem ser ignoradas no acompanhamento da situação. Manifestaram-se ainda os vereadores Pedro Ruas, Adeli Sell e Biga Pereira, além dos senhores Felipe Vieira, morador do bairro Humaitá; Ana Paula de Lima, Terapeuta Ocupacional e voluntária em abrigo; Fabiana Eloísa Mugnol, neuropediatra e voluntária em abrigo; Nelnie Lorenzoni, do Movimento Independente 50-50 de Advogadas Gaúchas e da Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas; Neusa Elaine Couto Ledesma, da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica do Rio Grande do Sul; Iara da Rosa, Associação Cultural Beneficente Ilê Mulher; Letícia Batistela, da Empresa Pública de Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre (Procempa); Maria Inês Nunes Barcelos, da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos; Geniane Pereira, do Instituto Social Pertence; Fernanda, do Centro de Referência em Direitos Humanos da Avesol; Paula Medeiros; Luciane Bettoni; Denise Argemi; Hack Basilone; Renata Gebert; Cris Medeiros, do Centro de Educação Ambiental Bom Jesus; Ana Paula Arosi; Roselaine, do Conselho Local de Saúde do posto Vila Elisabeth; e Bruna, do Fórum de Mulheres de Porto Alegre. Após as manifestações definiu-se como encaminhamento o envio de um Pedido de Informações ao Executivo com os questionamentos levantados durante a reunião. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Os trabalhos foram presididos pelos vereadores Alvoní Medina e Biga Pereira. Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Alvoní Medina.



Documento assinado eletronicamente por **Alvoní Medina Nunes, Vereador**, em 09/10/2024, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0772115** e o código CRC **8264BFF0**.

